

Parcelamento de dívidas tributárias e não-tributárias

A Loja de Atendimento da Fazenda está aberta para atendimento aos contribuintes de forma presencial. Para seu conforto e segurança, também é possível receber o atendimento sem sair de casa através do [Portal de Serviços da Fazenda](#), disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Solicitação de parcelamento de dívidas tributárias (IPTU e ISSQN) e não-tributárias (índice construtivo e multas).

Requisitos / Documentos necessários

Pessoa Física:

- Documento de identidade (RG).
- Procuração, quando se tratar de terceiro, que não seja o contribuinte.

Poderão ser solicitados documentos complementares quando o imóvel cuja dívida a ser parcelada não estiver com a averbação atualizada.

Pessoa Jurídica:

- Contrato social, estatuto ou requerimento de empresário.
- Documento de identidade (RG) do representante legal, conforme cláusula de administração.
- Procuração, quando se tratar de terceiro, que não seja o contribuinte.

Principais Etapas do Serviço

Analisar documentação apresentada.

Negociar o parcelamento nas seguintes condições:

É possível parcelar as dívidas em até 60 vezes, desde que respeitado o valor mínimo da parcela.

Número de parcelas	Parcela mínima	
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Até 6	R\$ 30,00	R\$ 80,00
De 7 a 12	R\$ 45,00	R\$ 120,00
De 13 a 24	R\$ 60,00	R\$ 150,00
De 25 a 48	R\$ 80,00	R\$ 200,00
De 49 a 60	R\$ 100,00	R\$ 250,00

No caso de parcelamento de créditos que já tenham sido parcelados anteriormente e cujo parcelamento tenha sido revogado por inadimplência, o valor da primeira parcela será correspondente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do saldo a ser parcelado.

Lembramos que, se a solicitação de parcelamento não for realizada presencialmente, a negociação estará limitada a 36 vezes, por enquadrar-se na modalidade prevista no parágrafo 1º do artigo 6º do Decreto nº 20.473, de 2020 (parcelamento de ofício).

Serão acrescentados juros simples mensais de 1% sobre o valor da parcela.

Para sua comodidade, o pagamento das parcelas poderá ser efetivado mediante desconto em conta bancária, desde que o estabelecimento bancário seja conveniado com o Município. Optando pelo débito em conta, é necessária a assinatura do Termo de Autorização para Desconto Automático na agência bancária da qual é correntista. Para maiores informações, [clique aqui](#).

As guias das parcelas serão enviadas para o e-mail indicado no momento da negociação. Se o parcelamento foi realizado e não houve cadastramento de e-mail, encaminhe pedido através do [Portal de Serviços](#).

Previsão de Prazo para Realização do Serviço

Realizado no ato, a primeira parcela deve ser paga em até 3 dias úteis da assinatura do termo (parcelamentos não pagos até a data negociada são automaticamente cancelados).

Formas de Prestação de Serviço

- Presencial, na Loja de Atendimento da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF).
- Pelo WhatsApp: **(51) 3433.0156** (somente até 36 parcelas por esse canal).
- Pelo [Portal da Serviços da SMF](#).

Para solicitação do envio das guias de parcelamento por e-mail, [clique aqui](#)

Para Dívidas em Execução Fiscal, [clique aqui](#).

Legislação

Decreto nº 20.473, de 18 de fevereiro de 2020 (Dispõe sobre parcelamento de créditos no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), e revoga o Decreto nº 14.941, 4 de outubro de 2005).

Lei Complementar Municipal nº 197/89, art. 18, parágrafo 2º.

Revisão #1

Criado 17 May 2024 02:09:36 por icolabora

Atualizado 17 May 2024 02:09:36 por icolabora